



Hospital das Clínicas: um símbolo do esfacelamento dos serviços de saúde de São Paulo

SÃO PAULO

A saúde pública entra em pane

O capital estrangeiro está comprando hospitais; o governo apresenta planos para sofisticar a medicina; enquanto isso, São Paulo, o mais rico Estado da União, enfrenta uma grave crise no setor de saúde pública

Renée Castelo Branco

Yankees, go home. Isso foi tudo que um dos médicos empregados na Amico, empresa de medicina de grupo que acaba de ser vendida aos americanos, conseguiu dizer quando soube da notícia da venda. O apelo, dirigido contra o grupo Health Care, assume um tom patético, pois hoje a importação de padrões e de capital estrangeiros também na área da saúde parece irreversível a menos que se mude completamente o modelo econômico do país.

Além da Health Care (que quer dizer "Cuidado com a Saúde"), a American International Medical (AIM) firmou um convênio com a Aço Minas, em Ouro Branco, perto de Belo Horizonte, e comprou o Hospital das Clínicas e o de Santa Isabel em Taubaté (SP), onde tem planos de criar uma faculdade.

Um dos diretores do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Carlos Armando de Avila, acha que o interesse estrangeiro na exploração dos serviços médicos tem ligação direta com a nova proposta do ministério da Previdência Social de aplicar no Brasil um modelo de saúde alemão. O modelo em vista se baseia em projetos de seguro-saúde, tipo Golden Cross. Paulo Elias, ex-presidente da Associação dos Médicos Residentes e atualmente lecionando medicina preventiva na Universidade de São Paulo, diz que a Previdência chegou a um impasse no Brasil. O governo quer encontrar uma fórmula de captar recursos para poder prosseguir com um modelo de assistência médica sofisticado e que requer muito dinheiro. E dinheiro não há.

E se a Previdência está sem recursos para aprofundar sua opção de sofisticação, importação de tecnologia, introdução de uma medicina desligada da realidade brasileira, falta, por outro lado, dinheiro até mesmo para as necessidades mínimas de saúde da população. E isso até por opção das administrações públicas. Exemplo disso é o Estado de São Paulo, que está com o seu sistema de saúde pública em completa crise.

Em 1980, o Estado mais rico da

União, São Paulo, terá reajustado o orçamento da Secretaria da Saúde em apenas 37% sobre o orçamento deste ano. Com Cr\$8,2 bilhões deverão ser tocados todos os programas de saúde pública do Estado — vacinação, tuberculose, doença mental, lepra, atendimento à gestante, à criança, e ao adulto. Um orçamento que se apenas cobrisse a desvalorização da moeda deveria estar por volta de Cr\$10,2 bilhões, já que a inflação estimada para este ano é de 70%.

Falta leite, remédios e até vacinas

Se em 1979, a falta de dinheiro forçou a paralisação de quase todas as obras civis da secretaria, o que se pode esperar para 1980? Um assessor direto do secretário Adib Jatene, que mesmo em época de abertura prefere não ser citado, tenta "dourar a pílula" e confia no financiamento de Cr\$190 milhões que o FAS — um fundo da Caixa Econômica Federal para projetos desse tipo — liberou depois de três anos de insistência. O dinheiro mal servirá para tocar o projeto São Mateus — construção de 15 centros de saúde e de dois hospitais de bairro — ponto de honra do atual secretário. Mas São Mateus é apenas um projeto piloto, base para a descentralização do atendimento médico em São Paulo. Um levantamento feito no governo passado indica a necessidade imediata de construir 300 centros.

Em 1979 todas as obras civis da secretaria, incluindo reformas, não ultrapassaram os Cr\$100 milhões. Antes de julho a Secretaria da Saúde já não tinha como pagar remédios, leite e Gestal — um produto industrializado, fabricado pela Nestlé e distribuído às mulheres grávidas nos centros de saúde. Assim, tudo que estava reservado para construções foi utilizado, segundo conta esse assessor, para manter os programas em andamento. Mesmo assim, os centros de saúde não recebem regularmente o material indispensável para trabalhar, seja por falta de di-

nheiro ou por desorganização. Faltou leite, remédios, Gestal e até vacinas várias vezes no ano.

Os programas especiais de tratamento da tuberculose e doença mental ficaram prejudicados sem o fornecimento regular de remédios. Nos últimos meses, toda a zona leste da capital ficou sem medicamentos para tisiologia e os ambulatórios de psiquiatria enfrentam o problema de fornecimento de remédios. A Coordenadoria de Saúde Mental, órgão da Secretaria da Saúde que administra a verba dos convênios com entidades, não distribui remédios, pois considera a remuneração feita aos convênios suficiente para garantir o programa. Como a verba é sempre curta, a saída para os convênios tem sido conseguir algum remédio com a Coordenadoria de Saúde da Comunidade (que administra os centros de saúde). Mas as cotas dos remédios são pequenas demais para a demanda e o fornecimento não é constante.

Um centro de saúde com apenas dois funcionários!

A doença mental é um exemplo da distância que existe entre os projetos da secretaria e a realidade. Alguns planos são, de fato, interessantes. Um deles é tratar em consultórios todas as doenças que dispensem internação. Além do Estado economizar recursos em diárias hospitalares — especialmente caras em psiquiatria —, o paciente não fica marginalizado da sociedade, facilitando a recuperação. Mas existem poucos convênios e mal remunerados. O do centro de saúde do Butantã, por exemplo, ficou congelado durante vários de seus seis anos de vida. Seu orçamento passou a ser reajustado neste ano, mas os cálculos estão sendo feitos com base em uma inflação anual de 40%, muito abaixo da real. No Butantã só existem sete profissionais no atendimento psiquiátrico e com o orçamento proposto será impossível contratar mais algum ou mesmo manter os funcionários atuais.

Mas esse impasse não é privilégio do

centro de Saúde do Butantã. Há centros funcionando sem o mínimo de funcionários e que estão proibidos de contratar pessoal depois do decreto do governador Paulo Maluf que congelou todas as contratações do Estado. Os funcionários que saem não podem ser repostos e como os salários são baixos, comparados com os da empresa privada, muita gente abandona o serviço público. Há centros de saúde funcionando com apenas duas pessoas!

A política de Paulo Maluf tem sido tachada de desastrosa. E o maior símbolo do esfacelamento dos serviços de saúde em São Paulo é a crise do Hospital das Clínicas (considerado o maior da América Latina) que agora chega a seu ponto máximo. Em entrevista recente, Pedro Curti, superintendente do hospital, disse que o HC está funcionando com apenas 55% de sua capacidade por falta de pacientes. Segundo ele, depois que o Inamps estabeleceu convênios com a rede privada de hospitais, a procura pelos serviços do Hospital das Clínicas caiu. Mas o próprio secretário da Saúde, Adib Jatene, que trabalhou durante muitos anos no Departamento do Coração, hoje transformado em instituto, sabe que isso é mentira. Qualquer pessoa que chegue às portas do HC, mesmo sem entrar, poderá ver muitas pessoas que só conseguem marcar suas consultas com cinco ou seis meses de antecedência. Há poucos menos de duas semanas, a jornalista Helena de Grammont mostrou na TV Globo imagens do pronto socorro do HC, onde no fundo do corredor uma mulher esperava há nove horas pela chegada do anestesista. Na hora da injeção, agulhas descartáveis são esterilizadas. Isso sem repetir as denúncias que vêm sendo feitas: falta de pessoal, alas inteiras do hospital desativadas, falta de remédios, equipamentos quebrados etc.

Médicos e funcionários temem a privatização

Mesmo debaixo de tantas denúncias, o governador não suplementa a verba do hospital enquanto não for decidido o destino administrativo do hospital. Desde o começo deste ano, estende-se uma discussão sem fim sobre as possíveis saídas para a crise do HC. A transformação em fundação, proposta da Secretaria da Saúde, desgosta aos médicos e funcionários, que alegam, têm sido consultados apenas pró-forma. E verdade que participam de uma comissão que está analisando a reestruturação do hospital, mas, segundo dizem, essa comissão está formada apenas para referendar as decisões já tomadas. José de Freitas, presidente da Associação dos médicos do Hospital das Clínicas chegou a denunciar a existência de um programa discutindo os termos em que a fundação do Hospital das Clínicas deveria funcionar, antes mesmo de ter sido aprovada a idéia.

Médicos e funcionários gostariam de ver o HC transformado em autarquia em regime especial, ou seja, que tivesse autonomia e poder de decisão sobre a maneira de empregar os recursos, embora continuasse dependente do Estado. A crítica central à transformação do hospital em fundação é a de que isso vai abrir brechas para a participação de particulares no hospital. Um caminho para a privatização.

E mais: o Hospital das Clínicas não é o único em crise em São Paulo. Outro grande hospital, o São Paulo, também em crise há praticamente dez anos, atravessa agora uma fase decisiva. Por falta de recursos estão parados os ambulatórios e a enfermaria. Funciona apenas o pronto socorro.

E um quadro de calamidade. E acontece no mais rico Estado da União...